

Jornal da tarde
A Constituinte

O LÍDER

O PMDB, o PDT, o PT ainda não indicaram seus líderes à Assembleia Nacional Constituinte. Ontem, o PDS indicou Amaral Neto para a função, que acumulará com a liderança na Câmara. No PMDB, a tendência é a de optar pelo rodízio dos atuais líderes na Câmara e no Senado, Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso — solução que seria do agrado do presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Ulysses afirmou, ontem, que a liderança do PMDB na Constituinte será resolvida entre os três candidatos — Fernando Henrique, Mário Covas e Luiz Henrique —, numa solução de consenso, ou no processo que considera tão democrático como o primeiro: o voto.

"Estamos acompanhando a evolução dos entendimentos e esperamos que haja um consenso. Mas, se isso não for possível — salientou —, o assunto será definido no caminho democrático do voto." Ulysses Guimarães disse, ainda, que o líder do partido na Câmara, Luiz Henrique, já comunicou que vai concorrer ao cargo, na hipótese de haver votação.

Entretanto, Ulysses salientou que a liderança no PMDB na Constituinte só deverá merecer atenção especial do partido depois da aprovação do regimento interno da Assembleia. "A nossa prioridade é o regimento, sem ele nada tem importância", afirmou.

O líder do governo e da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, também defendeu uma fórmula alternativa e rotativa para a liderança do PMDB na Constituinte. Para ele, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique que poderiam se revezar na liderança por cerca de 15 dias cada um ou, então, de acordo com os assuntos a serem tratados. Carlos Sant'Anna observou que esta solução evitaria nova disputa interna no partido.

Covas

Muitos constituintes do PMDB, mesmo ressaltando "as grandes qualidades" de Mário Covas, observaram que sua escolha a líder da Constituinte "representaria mais um paulista no comando" — além de Ulysses, com vários cargos, e Fernando Henrique, líder da bancada no Senado. A grande maioria, entretanto, está preocupada em evitar que Covas concorra e saia derrotado: "Não podemos desgastar um líder como Mário Covas", afirmaram.

Muitos acham, ainda, que Ulysses Guimarães tem preferência pela indicação de Luiz Henrique, revezando com Fernando Henrique. Segundo alguns deles, o presidente da Constituinte e do PMDB estaria "muito aborrecido" com Mário Covas e com José Richa, pela insistência dos dois senadores em defender seu afastamento da presidência do partido.



Luiz Henrique e Ulysses: falando em rodízio.

Telefoto: Alencar Monteiro.

Transparência

"A gente sabe que vem mais coisa por aí e que será preciso paciência", afirmou, ontem, o líder do governo e da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna, a propósito da decisão de Ulysses Guimarães de adiar a ida do ministro Dilson Funaro à Casa para explicar os rumos da política econômica do governo. Cauteloso, Sant'Anna explicou que Ulysses lhe deu "milhões de explicações" e que conversou durante quase duas horas com o líder do PMDB, Luiz Henrique.

"De toda forma, respeito a posição de Ulysses, que não quer nada obstaculizando a votação do regimento. E o ministro virá em uma sessão extra que ainda não está marcada", disse Sant'Anna. Contudo, frisou que considera interessante a pronta ida de Funaro à Câmara, pois isso atenderia à transparência defendida pelo governo e pelo PMDB.

O PFL se une. E tira vantagem nas divisões dentro do PMDB.

A polêmica em torno do regimento teve decisiva participação do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, mas ontem ele esteve ausente das negociações finais por problemas de saúde em família. Fiel ao líder que pretende manter o controle do partido sobre os trabalhos da Constituinte, o PFL tem exibido uma rara homogeneidade na sustentação política do governo Sarney, enquanto o PMDB vem sofrendo, em vários episódios, nas últimas semanas, a explosão de conflitos de suas diversas correntes.

Os pefelistas estão empolgados com as demonstrações de força da bancada federal no plenário, diante das indefinições e das divisões do PMDB. Eles acham que só terão a se beneficiar dos problemas do partido majoritário que tenderão a se agravar, daqui para frente, quando forem apreciadas questões mais polêmicas que o regimento. Lembram que foi decisiva a adesão de seu líder, José Lourenço, que antes mesmo da abertura dos trabalhos, deu forte alento à candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da Câmara, quando ela estava paralisada e indecisa diante do que pareciam ser os rápidos avanços de seu rival, deputado Fernando Lyra.



José Lourenço

"O PFL é o partido mais unido, mais homogêneo, não tem grupos nem subdivisões. Por isso tem capacidade de multiplicar sua força", opina seu secretário-geral, Saulo Queiroz.

Severo adversário, o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), da esquerda peemedebista, defende a tese de que "o PFL tem a herança da disciplina fisiológica. Ele se une, tanto ante a ameaça de perder quanto na defesa de seus interesses de classe contraditórios. A classe operária não tem a discipli-

na e a coesão da burguesia", afirma.

"Os partidos mais coesos são os de esquerda. Dos grandes partidos o mais influente é o PFL porque é o mais homogêneo e com razoáveis infiltrações no PMDB", diagnostica o líder do PCB, Roberto Freire (PE).

Para Luís Inácio Lula da Silva, líder do PT, os mais homogêneos dos grandes partidos são o PFL e o PDS. "Eles têm sido mais compactos que o PMDB. Mas todos são conservadores", salienta.

Composto de ex-pedestistas, o PFL não tem tido receio de assumir posições, consideradas conservadoras, seja na economia quando se insurge contra a orientação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, seja contra a ala esquerda do PMDB. Tendo saído derrotado das últimas eleições, estava sendo enxotado do ministério quando o ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, passou a fazer oposição doméstica ao governo, criticando o Plano Cruzado como demagógico.

Acham os críticos do partido que só mesmo um líder como José Lourenço poderia controlar o PFL, por sua habilidade e suas posições conservadoras.

MILITARES

Projeto de regimento satisfaz as Forças Armadas

Ao incluir no projeto de resolução do regimento interno da Constituinte a terminologia "garantia das instituições", assim denominando a comissão que cuidará "da defesa do estado, da sociedade e da segurança pública", além "da garantia da Constituição, reformas e emendas", o senador Fernando Henrique Cardoso satisfaz plenamente os anseios das Forças Armadas. Isso porque os militares anteviram nessa proposição um aceno à manutenção de seu papel constitucional de guardiães da segurança interna na nova Carta.

Se por um lado os militares, através de suas assessorias parlamentares já se detiveram na análise do texto, dali tirando conclusões positivas para

tem poderes para isso. Quem vai decidir é a maioria", asseverou.

Já o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) acha que a melhor forma jurídica referente à atribuição dos militares é aquela que ele escreveu nos artigos 413 e 414 do anteprojeto constitucional solicitado pelo ex-presidente Tancredo Neves e que tanta polêmica provocou junto às Forças Armadas. "As Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade do seu território, os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos estritos da lei, a ordem constitucional."

Entretanto o senador Afonso

Arinos julgou "muito perigosa a existência de uma lacuna quanto à previsão de intervenção militar no caso de perturbação da ordem política". E assegurou do alto de seus 81 anos de idade e vivência de tantas intervenções militares no País: "Que vão intervir não há dúvida nenhuma, havendo uma situação de crise da ordem institucional e social eles intervirão na certa. É uma tolice, ingenuidade ou demagogia pensar que eles não vão intervir, intervir mesmo sem estar na lei a permissão para intervir. Já será um golpe de Estado.

Ao passo que pela minha proposta não será um golpe", comentou o jurista.

sua posição, as esquerdas manifestaram indiferença ao conteúdo do regimento, na esperança de reduzir a interferência dos militares na política em votação de plenário ou na própria comissão. Segundo o líder do PCB, deputado Roberto Freire "o regimento não interfere nem induz a nada pois não